A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

Alan Lucas de Oliveira Lima [1], Andrea Yumi Sugishita Kanikadan [2]

RESUMO

Com o objetivo de estudar práticas que vão além do ingresso de indígenas no ensino superior brasileiro, contudo, não deixando de ressaltar sua importância principalmente no que se refere a possibilidade de inserção de grupos étnicos em espaços que foram privados historicamente de ter acesso, o presente estudo tem como objetivo analisar estratégias de permanência de indígenas no ensino superior, realizando um estudo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), Com sede no estado do Ceará. Ainda, o presente estudo tem como objetivo a realização de uma pesquisa descritiva e exploratória. Em relação a abordagem da pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa, observando que, analisou-se criticamente os dados coletados através da entrevista com estudantes indígenas, professores e responsáveis pela gestão de políticas públicas destinadas a permanência desses estudantes. No que concerne aos resultados da pesquisa, observou-se que, as demandas destacadas pelos entrevistados vão além dos fatores econômicos e também estão relacionados a questões culturais e sociais. De modo geral, destaca-se que, sem o auxílio das políticas públicas voltadas para a permanência, a maioria dos estudantes indígenas não conseguiriam permanecer nas universidades públicas brasileiras.

Palavras-chave:

Estudantes indígenas. Ensino superior brasileiro. Estratégias de permanência.

[1] Unilab, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, e-mail: alan.prouca@gmail.com
[2] Unilab, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente, e-mail: akanikadan@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social tem papel fundamental e deve ser levado em consideração, principalmente quando se busca destacar práticas que fomentem o desenvolvimento local, pois há importância na função do Estado em preservar direitos fundamentais para a sociedade e a seus respectivos grupos sociais, possibilitando a garantia de direitos individuais e coletivos.

O Estado, como ator principal na criação de políticas públicas, não possibilitou de forma efetiva a garantia e a preservação de direitos fundamentais, principalmente quando se destaca a relação do Setor público com grupos étnicos que, historicamente foram subalternizados, caracterizados por uma imagem marcadamente periférica, sendo alvo de notória discriminação, como ressalta Diniz (2010).

Em relação as comunidades indígenas brasileiras, é importante destacar o processo de invisibilidade social, ou seja, entendia-se que determinados grupos que, historicamente viverem a margem da sociedade, já não mais existiam. Um processo impulsionado pela escassez de políticas públicas que incentivassem a reafirmação sociocultural e que preservassem seu território.

O processo de invisibilidade ainda é bastante presente, mesmo que, no caso dos povos indígenas, segundo o senso de 2010 do IBGE, cerca de 896.917 pessoas reconhecem-se como indígenas, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país. Ou seja, um grupo numericamente presente, porém historicamente não visibilizado.

No caso das universidades brasileiras, a presença de indígenas ainda é pouco frequente, embora tenha se intensificado nos últimos anos. Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) destacam que, o ingresso de indígenas no ensino superior se dá pela criação de cursos específicos, como o Programa de Licenciatura Intercultural Indígena (Prolind), tendo como intuito a formação diferenciada de docentes indígenas. Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) ainda ressaltam a Lei 12.711/2012, intitulada de Lei das cotas, o ingresso de indígenas por meio de licenciaturas interculturais e vagas reservadas ou suplementares. Essas práticas, mesmo que não totalmente eficientes, pois não suprem as demandas de todos os indígenas que buscam ingressar no ensino superior, tem papel fundamental, principalmente quando se deseja destacar políticas de inserção de grupos étnicos em espaços não antes ocupados, como as universidades públicas brasileiras.

Contudo, não deixando de ressaltar a importância de práticas de ingresso, também é importante destacar políticas de permanência, ou seja, práticas que possibilitem que, após a inserção de indígenas no ensino superior, o Estado, mesmo que de forma desconcentrada, dê condições necessárias para a permanência do indígena no ambiente acadêmico.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo estudar as estratégias de permanência de indígenas da Comunidade indígena Pitaguary no ensino superior, realizando um estudo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), com sede no estado do Ceará.

Observou-se ainda, a pouca produção científica que tenha como objetivo o estudo de indígenas no ensino superior brasileiro, destacando, além das políticas de inserção, práticas, institucionais ou não, que garantam a permanência desses indivíduos. A escolha da universidade se deu pela aproximação do autor com a instituição e por ser uma universidade que, mesmo tendo aderido recentemente a políticas de ingresso para estudantes indígenas, conta com estudantes de diversas comunidades indígenas, que possuem especificidades distintas e que estão espalhadas por todo estado cearense.

METODOLOGIA

Inicialmente, Realizou-se a leitura de trabalhos acadêmicos sobre a inserção e permanência de indígenas no ensino superior brasileiro. Utilizaram-se como palavras chave para a pesquisa os termos: “Ações afirmativas para indígenas”, “Inserção de indígenas no ensino superior”, “Indígenas na universidade” e “Permanência de

indígenas no ensino superior brasileiro", buscando selecionar trabalhos acadêmicos que abordassem em seu estudo experiências de universidades brasileiras na implementação e execução dessas políticas, trabalhos acadêmicos que destacassem a importância de políticas de ingresso e permanência nas universidades brasileiras e selecionar também, trabalhos que ressaltassem os principais gargalos que contribuem para a não permanência desses indivíduos no ambiente acadêmico.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo a realização de uma pesquisa descritiva e exploratória, pois além de utilizar-se de materiais acadêmicos já existentes sobre a permanência de estudantes indígenas no ensino superior para desenvolver o referencial teórico, também realizou-se uma sondagem sobre o fato estudado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Para Gil (2008, p. 28) a pesquisa descritiva e exploratória tem "como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis".

Em relação a abordagem da pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa, observando que, analisou-se criticamente os dados coletados através de entrevistas com estudantes indígenas, professores e responsáveis pela gestão de políticas públicas destinadas a permanência desses estudantes, fazendo assim uma análise valorativa. "A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc." (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31)

No que concerne as entrevistas, com o intuito de torna-las mais flexíveis, utilizou-se o modelo de entrevista não estruturado. Observando que, apesar do entrevistador não elaborar questões específicas para os entrevistados, pode o mesmo, no decorrer da entrevista aprofundar nos pontos pré-selecionados, dá forma como achar mais conveniente e oportuno para a pesquisa realizada. Júnior e Júnior (2011, p.240) destacam que, "o tipo de entrevista informal é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados."

Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente e aconteceram na própria Instituição no período de quatro meses, de Setembro a Dezembro de 2018.

Deve-se ainda ressaltar que, utilizou-se de algumas plataformas digitais para agendar as entrevistas. Em relação as dificuldades relacionadas a coleta de dados, destaca-se a indisponibilidade de horário de alguns estudantes indígenas para a realização das entrevistas, isso se dá, na maioria das vezes, pela grande carga horária ocupada pelas atividades da Universidade.

Como o ingresso de estudantes indígenas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira ainda é bastante recente, a Instituição ainda está organizando os dados quantitativos referentes a esses estudantes. Assim, outra dificuldade foi obter informações sobre a quantidade de estudantes ativos na Instituição, de quais comunidades indígenas vieram e como estão distribuídos pelos cursos da Universidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao ingressar na Unilab, todos os estudantes entrevistados alegam necessitar de alguma ajuda financeira da Instituição para dar continuidade aos seus estudos. Quando comtemplados com algum benefício, os estudantes utilizam o recurso para gastos com moradia, alimentação, transporte, etc.

Em relação aos benefícios financeiros, os estudantes indígenas em situação de vulnerabilidade socioeconômica podem se candidatar aos auxílios financeiros ofertados pelo própria Universidade através do Programa de Assistência ao Estudante. Os estudantes indígenas ainda se encaixam no perfil dos usuários aptos a participarem do Programa Bolsa Permanência. Contudo, todos os estudantes entrevistados ressaltaram a dificuldade de terem acesso a essas políticas. Eles destacaram que a demasiada burocracia para ingressar nesses programas torna o processo lento e desestimulante. Alguns estudantes relatam que,

tiveram que esperar mais de seis meses após ingressarem na Instituição para receberem algum tipo de bolsa ou auxílio financeiro.

As entrevistas mostram que a demora para ter acesso a esses programas é um dos motivos determinantes na permanência desses indivíduos, principalmente quando observa-se as dificuldades dos recém ingressos na Instituição. Os estudantes destacam que os primeiros meses podem ser definidos como os mais difíceis, pois a maioria desses indivíduos não possuem renda alguma, aqui deve-se salientar a alta fragilidade financeira dessas famílias indígenas. Ou seja, sem a ajuda dessas políticas financeiras esses estudantes ficam impossibilitados de suprir suas necessidades mais básicas. Os estudantes ainda relatam a alta dificuldade de conseguirem emprego devido à dificuldade de conciliar com o tempo destinado aos estudos e a demasiada escassez de oferta de vagas no mercado de trabalho. Desse modo, os estudantes indígenas recém ingressos ficam nos primeiros meses descobertos de qualquer política de assistência financeira e são forçados a adotarem práticas alternativas para conseguirem satisfazer suas necessidades mais básicas. Como exemplo, os estudantes descreveram que enquanto não eram assistidos por nenhuma política financeira precisaram da ajuda de colegas e professores para cobrir gastos com moradia e alimentação.

Uma medida que poderia ser utilizada para acelerar o processo de inclusão de indígenas em programas financeiros seria a possibilidade de se fazer o cadastro desses estudantes antes do mesmos começarem suas atividades na instituição. Assim, quando o estudante indígena fosse realizar sua matrícula no curso de graduação, já seria solicitado pela Instituição todos os documentos necessários para a adesão aos programas financeiros. Atualmente os estudantes só podem solicitar algum tipo de benefício após o início do período letivo e precisam esperar os respectivos editais de inscrição. Os entrevistados destacam que a abertura desses editais não coincidem com o período de ingresso, principalmente os editais referentes ao Programa Bolsa Permanência.

Em relação ao desempenho educacional desses indivíduos dentro da Instituição, os estudantes relatam a dificuldade de acompanharem as atividades acadêmicas devido à pouca familiaridade com os assuntos abordados nas disciplinas dos cursos. Os estudantes ainda destacam que, além dos professores não adotarem um modelo de ensino diferenciado, levando em consideração as condições distinta dos alunos, poucas disciplinas possuem alunos monitores que devem auxiliar o desenvolvimento das atividades, favorecendo a integração de conhecimentos. Logo, os estudantes indígenas precisam estudar sozinhos e muitas vezes não conseguem compreender os conteúdos ministrados na sala de aula.

A falta de um acompanhamento pedagógico também pode contribuir para a não permanência desses estudantes, devendo levar em consideração as dificuldades em acompanhar o modelo educacional adotado pelas universidades, que na maioria das vezes, difere do modelo de ensino vivenciado em sua educação básica. Desse modo, a dificuldade em acompanhar o ensino ministrado nas universidades pode desestimular o estudante indígena. Ainda em relação ao acompanhamento pedagógico, deve-se ressaltar o baixo interesse dos professores em adotarem novas práticas de ensino voltadas para a aprendizagem de grupos étnicos, que resulta na ausência de métodos e técnicas pedagógicos que tornem mais eficientes a aprendizagem para estudantes indígenas.

Assim, é perceptível que programas de acompanhamento pedagógico específico para indígenas no ensino superior são fundamentais no desempenho acadêmico desses indivíduos e devem ser implementados com a finalidade de diminuir desigualdades de aprendizagem. Segundo os entrevistados, faz-se necessário um acompanhamento pedagógico que ultrapasse o espaço da sala de aula e que trabalhe especificamente em cima de suas dificuldades e limitações.

Outro fator apontado pelos entrevistados que pode determinar a permanência é o sentimento de não pertencimento ao ambiente acadêmico. Os estudantes relatam que, apesar da existência de grupos dentro da Universidade que buscam inseri-los e fazer com que se sintam parte integrante da Instituição, os estudantes ainda ressaltam que, principalmente nos primeiros meses após o seu ingresso na Universidade, sentem-se não encaixar no ambiente em que os rodeiam, prevalecendo a ausência do sentimento de acolhimento.

CONCLUSÕES

O presente estudo buscou, através dos relatos dos estudantes, entender quais são os principais fatores relacionados a permanência de indígenas nas universidades brasileiras, fazendo uma análise através das experiências dos estudantes indígenas da Comunidade Indígena Pitaguary na Unilab.

As políticas compensatórias assumem função fundamental, pois permitem a inserção de grupos étnicos em espaços que foram historicamente privados de ter acesso. No caso do ensino superior brasileiro, observa-se que, sem as políticas de ingresso, que buscam diminuir desigualdades educacionais, as comunidades indígenas não conseguiriam ingressar efetivamente nas instituições de ensino.

No caso da Unilab, é notório que, sem a criação dos editais específicos para indígenas, muitos dos estudantes não estariam na Universidade.

Apesar da notoriedade das políticas de ingresso, observando que são consideradas um avanço relacionado a diminuição de gargalos que impedem a inserção de indígenas no ensino superior, conclui-se que essa políticas não são suficientes para garantir a efetiva permanência do indígena. Desse modo, não basta criar mecanismo que permitam o ingresso desses indivíduos nas universidades, é importante garantir, através da criação de políticas públicas, que o indígena após ingressar, permaneça e consiga concluir com êxito sua graduação.

Com o recente ingresso de indígenas na Universidade, a Unilab assume uma função fundamental, observando a responsabilidade da Instituição em promover uma formação de qualidade firmada no ensino, pesquisa e extensão.

Dos desafios enfrentados pela Instituição de ensino, que são diversos, destacamos que, além da busca para inserir grupos étnicos em seu corpo discente, a Universidade ainda tem como objetivo principal promover uma integração internacional com os países lusófonos, principalmente os países do continente africano. Assim, a Unilab conta com um quadro diversificado de estudantes, com demandas e características distintas, ou seja, pensar em políticas de permanência que contemplem todas as especificidades e características singulares, demanda grandes esforços.

No que se refere aos fatores que podem determinar a permanência, destacam-se fatores financeiros, culturais, territoriais e sociais. De modo geral, observou-se que sem o auxílio das políticas públicas voltadas para a permanência, a maioria dos estudantes não conseguiriam permanecer na universidade.

AGRADECIMENTOS

À Profª. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan, pela excelente orientação, por sua atenção e comprometimento, sempre me repassando conhecimentos e mostrando novos caminhos à medida que os problemas surgiam.

À FUNCAP, pelo financiamento do projeto de pesquisa Diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental na comunidade indígena Pitaguary, que me despertou o interesse sobre assuntos relacionados a comunidades indígenas.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, pela experiência acadêmica vivenciada.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patrícia Oliveira. Estudantes

indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan. 2018.

DINIZ, Regina Lúcia Portela. Crescimento e Desenvolvimento da Criança Indígena: Um Estudo da Etnia Pitaguary – Ceará. 2010. 179 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. [S. l.]: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. p. 26-154.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico, 2010. IBGE, 2010.

JÚNIOR, Álvaro Francisco de Britto; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.